

# Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras 2016

<http://unbral.nuvem.ufrgs.br/> | E-mail: [unbralfronteiras@ufrgs.br](mailto:unbralfronteiras@ufrgs.br)

---

## Disponibilidade de dados e divulgação situada do conhecimento coletivo no Portal Unbral Fronteiras

Regina Coeli Machado e Silva\*

Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras, vol. 3, p.71-85, 2017.

DOI 10.21826/2525-913X-2016-3-p.71-85

ISSN 2525-913X

---

Publicado por:

Unbral Fronteiras – Portal de Acesso Aberto das  
Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras;  
Instituto de Geociências/UFRGS; Editora Letra1.

Porto Alegre, 2017



UNBRAL  
FRONTEIRAS

# Disponibilidade de dados e divulgação situada do conhecimento coletivo no Portal Unbral Fronteiras

Regina Coeli Machado e Silva\*

---

## RESUMO

Considerar a abrangência e relevância do Portal Unbral Fronteiras (Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Fronteiras e Limites) para os Estudos Fronteiriços é o objetivo deste texto. Argumento que concentrar dados e informações para disponibilização aberta não é uma atividade neutra e revela como a equipe do Unbral pensa a fronteira. A metodologia de busca e a organização dos dados do Portal revelam tanto a unicidade do processo de construção coletiva desse conhecimento, interdisciplinar (em que as múltiplas formulações teóricas estão inseparáveis da construção do objeto analítico, evidentes em diversos fenômenos empíricos), quanto trazem consigo, ao mesmo tempo, todas as tensões e contradições das experiências vividas em contextos fronteiriços. Por essa razão, o Portal Unbral Fronteiras permite igualmente o acesso a uma produção crítica sobre outras formas de experimentação ou invenção coletiva aí vividas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Portal Unbral Fronteiras, Estudos Fronteiriços, Interdisciplinaridade.

---

## INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo avaliar as possibilidades de obter dados sobre Estudos Fronteiriços em um mesmo lugar – *Portal Unbral Fronteiras* (Portal de Acesso Aberto das Universidades Brasileiras sobre Limites e Fronteiras) e, ao mesmo tempo, apreender alguns pressupostos implícitos (em termos epistemológicos, científicos e políticos) dos objetivos e dos meios que sustentam esse Portal.

Igualmente enfatiza que os dados disponíveis pelo Portal trazem múltiplas referências empíricas, institucionais e analíticas sobre fronteiras, de modo que o conhecimento coletivo aí produzido e divulgado é inseparável dos modos de existência imanentes ao contexto fronteiriço e de tudo que é a ele associado. Essa é a primeira parte do texto. A segunda propõe, para além dos objetivos do Portal Unbral Fronteiras, outras possibilidades para ampliar a obtenção de dados visando à compreensão dos determinantes do desenvolvimento dos Estudos Fronteiriços em termos políticos e ideológicos, a longo prazo, e a construção do campo científico que a ele estão associados.

Antes de tudo esclareço que utilizo o Portal não só como uma fonte de dados que reúne a produção acadêmica sobre Estudos Fronteiriços. Utilizo também alguns artigos publicados nos Anuários como referência bibliográfica para meus cursos da pós-graduação. Isto porque, para mim, eles são uma metarreflexão dos dados do Portal sobre os Estudos Fronteiriços. Quero dizer que os textos trazem os dados reformulados e repensados pelas metodologias que orientam a obtenção e a organização deles pelos membros da equipe. Como afirmam Adriana Dorfman e Arthur França, “a revisão bibliográfica é indispensável para a produção das pesquisas” (2015), e essa mesma revisão orientou reflexivamente o processo de pesquisa para a organização do Portal.

## **ORGANIZAÇÃO E ACESSO NA PESQUISA EM FRONTEIRAS**

Para compreender esta avaliação do Portal Unbral Fronteiras é importante lembrar: a) minha admiração incondicional pelo trabalho da equipe que, visto agora depois de dois anos de esforços consolidados, se constitui como uma base de dados de inestimável valor para a comunidade científica em geral e para agentes, operadores e instituições públicos e/ou privados implicados em diferentes e variadas formas nos Estudos Fronteiriços; b) minha

experiência como pesquisadora de Estudos Fronteiriços é muito recente e que, do pouco que eu sei, fui beneficiada pelo convívio também com geógrafos desde 2011, quando escutei, pela primeira vez, em Corumbá, no Seminário de Estudos Fronteiriços, o modo fascinante pelo qual os geógrafos evidenciam o espaço, o tempo e as pessoas como fenômenos interatuantes e interrelacionados; c) que enfatizo os pressupostos implícitos que estão no modo de pensar a produção e a divulgação do conhecimento pelo Portal, pois eles estão presentes nos artigos dos Anuários 2014 e 2015 do Unbral das Fronteiras Brasileiras e, d) que tomo esses pressupostos dos objetivos que orientam o Portal, quais sejam

Os objetivos: reunir a produção sobre fronteiras e limites do Brasil, facilitando as revisões bibliográficas e dando visibilidade aos estudos acadêmicos. Livros, artigos de revistas científicas, teses, dissertações, monografias, relatórios de pesquisa etc. estão sendo organizados em coleções que permitem buscas por assunto, autor, lugar, instituição de origem, entre outras e, (Portal Unbral Fronteiras, 2017)

E dos meios para divulgá-lo, assim expressos:

adota os princípios do Acesso Aberto à informação, oferecendo o conteúdo online, de forma gratuita, sempre dentro dos limites da legislação de direito de autor e de direitos conexos. (Portal Unbral Fronteiras, 2017)

Começo então, pelos meios, que é o acesso aberto para reunir a informação sobre fronteira, para evidenciar que eles não são neutros, pois revelam como a equipe do Unbral Fronteiras pensa a fronteira, em geral. Com isso quero dizer que o modo como se pensa e como se comunica o que se pensa sobre os Estudos Fronteiriços não devem ser vistos como separados. Isto é visível na apresentação do Anuário de 2015, que aponta as diferenças entre as maneiras de produzir e circular os dados de

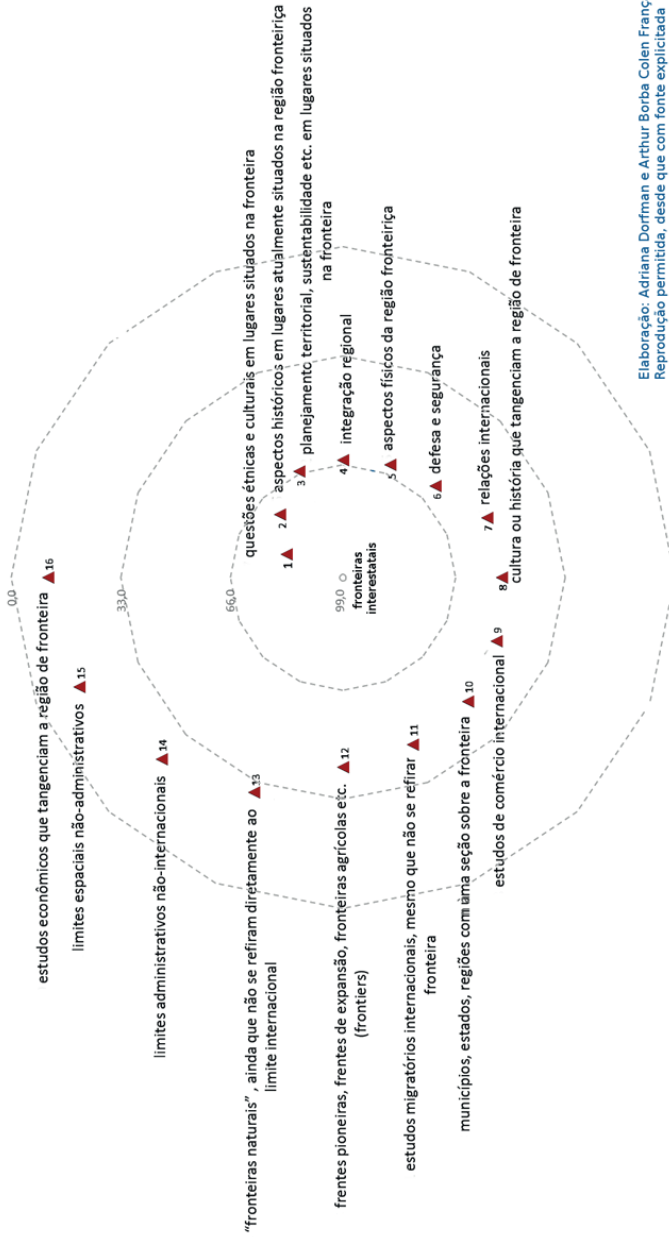
uma biblioteca física e de um banco de dados em acesso aberto na internet. Elas começam na “Classificação Decimal Universal (CDU), empregada na organização do acervo de bibliotecas físicas, em que o termo “fronteira” subdivide-se em Fronteiras Artificiais, Fronteiras Estratégicas, Fronteiras Fechadas, Fronteiras Históricas, Fronteiras Nacionais ou Fronteiras Naturais” classificação que espelha a “teoria clássica das fronteiras” e “que não se aplica a muitos trabalhos hoje produzidos” (Dorfman e França, 2015, p.8).

O problema com essa classificação da produção científica sobre a fronteira vai além do espelhamento da teoria clássica porque, quando se faz pesquisa bibliográfica sobre o tema, o termo está associado a muitos e variados universos semânticos distantes do campo analítico específico da Geografia e de outros que compartilham esse mesmo interesse, como a História, a Antropologia, a Arquitetura etc. Assim, para escapar aos muitos resultados irrelevantes que as buscas com essa palavra-chave evoca, o objeto temático foi definido como Estudos Fronteiriços.

Como se observa, não se trata da substituição da categoria fronteira para designar os deslocamentos dessa categoria em favor de outros condicionantes que resultam em objetos empíricos tão diversos para pensá-la, como se vê na figura a seguir. Trata-se de objetos empíricos diferentes pela própria unicidade do processo de construção de conhecimento, em que as formulações teóricas são inseparáveis da construção do objeto analítico e da própria construção dos dados.

Disso decorrem duas observações importantes:

A primeira, óbvia, é que objetos empíricos muito diferentes, construídos inclusive por outras áreas conhecimento, podem responder às questões analíticas próprias aos Estudos Fronteiriços, o que evidencia a exigência de abordagens interdisciplinares. Isso, em si mesmo, é um resultado muito instigante do ponto de vista das exigências reflexivas para produção do conhecimento implicado no tema.



Elaboração: Adriana Dorfman e Arthur Borba Colen França  
Reprodução permitida, desde que com fonte explicitada

A segunda é o contraponto, por um lado, entre os acervos locais, limitado às bibliotecas físicas, com a dispersão dos dados disponíveis e, por outro, o acesso aberto ilimitado disperso no espaço, mas concentrado no Portal.

O que é um portal de acesso livre e ilimitado? A organização do Unbral Fronteiras se orienta pela carta da iniciativa de Budapeste, que postula o acesso aberto e a publicação gratuita de pesquisas na internet. Tem como única limitação a integridade do trabalho do autor e direito de ser reconhecido e citado. Mesmo com custos mais baixos que o convencional, o acesso livre é uma “doação ao mundo”, sem esperar pagamento. Mas, de onde saem os recursos? De fundações e governos que financiam universidades, doações e lucros advindos de cessões.

Então, é importante recuar, fazendo a pergunta sobre quem paga, pois isso implica pensar nosso papel: somos agentes desinteressados mas, quanto menos interessados, mais podemos servir a outros propósitos que não o de simplesmente divulgar nosso conhecimento. E, se buscamos contribuir para aprimorar a gestão pública, teremos algum controle sobre o uso do nosso conhecimento? O lembrete de que as opiniões veiculadas pelos dois números dos anuários do Unbral Fronteiras são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam necessariamente a opinião do Ministério da Integração Regional, que financia o projeto, não seria endossar a ideia de que o que produzimos como conhecimento estaria fora dos interesses ideológicos e políticos?

Sob esses pressupostos, a esperança de desfazer as fronteiras do conhecimento produzido pela divulgação aberta na internet traz consigo, ao mesmo tempo, todas as tensões e contradições das experiências vividas em contextos fronteiriços.

## CONTRAPODERES DA PRODUÇÃO CRÍTICA

É importante pensar nosso papel como uma espécie de mão esquerda do Estado, metáfora que Bourdieu (1998) usa para identificar trabalhadores sociais (assistentes sociais, magistrados, docentes, professores primários), mas que poderia ser aplicada a nós mesmos, pesquisadores. Como eles, não só estamos no seio do Estado como gestores em termos de governamentalidade, mas somos participantes das mesmas perplexidades, dificuldades ou vantagens da experiência coletiva vivida em contextos fronteiriços. Sob esse prisma, podemos nos opor à mão direita do Estado, que são os burocratas e todos os tipos de agentes encarregados de fiscalizar, manter e gerenciar os limites jurídicos, políticos e econômicos das fronteiras. Entre o “Estado” (identificado pela obediência a leis) e o “mercado” (identificado pelo interesse e pelo cálculo), o Portal Unbral Fronteiras parece ser “interessado no desinteresse” (expressão de Bourdieu, 1998), um contrapoder crítico. Sem ignorar a mão direita do Estado, o conhecimento coletivo produzido e divulgado pelo Portal é parte de modos de existência produzidos pelas contradições imanentes ao contexto fronteiriço e por tudo que é a ele associado.

Como pesquisadores, estamos em relação direta com todos os atores desses contextos fronteiriços, em co-presença, participando e transformando em uma “política” modos de existência que não podem prescindir das múltiplas referências institucionais à fronteira, mas também não podem se conformar a elas. Se concordarmos com Strathern (2014), quando afirma que a fronteira é um dos conceitos menos sutis da análise sociológica, como reificação de uma abstração social – ao nos confrontar com a arbitrariedade de processos classificatórios nos numerosos esforços de construção dos Estados-Nações – é dessa mesma abstração que se produzem efeitos sociais como a exclusão e a participação sociais, forma de presentificação do Estado que lança muitos fronteiriços na penumbra entre uma vida experimentada entre o ilícito e o rotineiro.



A interrogação sobre modos de vida de pessoas que vivem coletivamente e como dramas pessoais as numerosas disjunções entre o ilegal e o legítimo, o ilícito e o rotineiro nas fronteiras, não supõe, *a priori* e necessariamente, uma defesa desse modo de vida e nem endossar as definições institucionais da fronteira, pois ficaríamos fechados nelas mesmas, sujeitos, por um lado, aos condicionantes trazidos pelo aparato jurídico, legal e estatal que tenta regular as normas das atividades industriais e comerciais no país e entre os países; e, por outro, às percepções advindas da imagem, veiculada nacionalmente pela cultura pública transmitida pela mídia, da vida nas fronteiras como arbitrária, sem lei e perigosa.

É nesse horizonte de ambiguidades que o Unbral Fronteiras atua também como um contrapoder da produção crítica, permitindo apreender as possibilidades de outras formas de experimentação ou invenção coletiva vividas nesse contexto de fronteira, ao mesmo tempo em que elas emergem precisamente dessa convivência, de modo tenso e inventivo em diversos espaços desses contextos fronteiriços. Por exemplo, se as ilegalidades podem ser um elemento positivo do funcionamento social, considerando que dispositivos legislativos têm espaços por onde a lei pode ser ignorada, como mostrou Foucault<sup>1</sup>, são nesses espaços que parecem estar mais visíveis os hiatos dissonantes do Estado-Nação presentes na vida das pessoas nesse contexto, lugar onde o contrapoder crítico do Portal pode contribuir para reconhecimento e formas de legitimação de formas emergentes próprias de contextos fronteiriços.

A pertinência da reflexão sobre esses hiatos do Estado-Nação encontra ressonâncias na filosofia política recente, como o tema da política do reconhecimento, de Charles Taylor (1994), a do nex

---

<sup>1</sup> “L’illégalisme n’est pas un accident, une imperfection plus ou moins inévitable. C’est un élément absolument positif du fonctionnement social, dont le rôle est prévu dans la stratégie générale de la société. Tout dispositif législatif a ménagé des espaces protégés et profitables où la loi peut être violée, d’autres où elle peut être ignorée, d’autres, enfin, où les infractions sont sanctionnées”. (Foucault, 1994, p.719/720).

entre a experiência moral do desrespeito perante a negação do reconhecimento social na estrutura jurídica, constituída de maneira universalista por Axel Honneth (2003). E é no âmbito da estrutura jurídica que Martha C. Nussbaum discute o tema da justiça social em um livro significativamente intitulado *As fronteiras da justiça* (2013). Ela argumenta em torno do princípio de que, para ser justa, uma sociedade deve garantir não apenas seus direitos, mas garantir, independentemente da condição, sexo ou nacionalidade, a realização de uma vida digna<sup>2</sup>.

Finalmente, e em direção diferente a essas abordagens que tendem a reificar as fronteiras, o Unbral Fronteiras é igualmente resultado dos esforços de compreensão do real vivido, na co-presença de pessoas, inseparável do modo pelo qual se pensa a ciência, como produto coletivo e trabalho colaborativo. Lembro aqui o debate trazido por David Bloor, em que ele mostra as imagens sociais e as metáforas que conduzem estilos, conteúdos e relações recíprocas entre duas concepções de ciências rivais (2008). Ele mostra que teorias do conhecimento são, na realidade, reflexo das ideologias sociais e a conexão entre elas é uma consequência trivial do modo como vivemos e pensamos. Para exemplificar, Bloor compara as filosofias do conhecimento de Popper e de Kuhn. A metáfora do processo de produção para Popper é a da luta darwiniana, pois riscos intelectuais, razão e experiência são guias incertos para a verdade, em contraposição a Kuhn, em que a metáfora é a dos cientistas que formam uma comunidade, insinuando solidariedade, estilo, hábito e rotina. Popper enfatiza aspectos da ciência que são universais e abstratos; e Kuhn, aspectos locais e

---

<sup>2</sup> Sobre o fundamento do princípio kantiano de dignidade, Nussbaum formula dez capacidades humanas essenciais para a realização de si: a vida (1), a saúde física (2), a integridade corporal (3), a capacidade de usar os sentidos, a imaginação e a inteligência (4), exprimir as emoções (5), agir conforme a escolha individual da razão prática (6), as relações pessoais e sociais de afiliação (7), o respeito a outras espécies (os animais, as plantas e a natureza) (8), ao jogo (9), enfim, ao controle de seu ambiente político e material (10).

concretos, obras específicas que propiciam exemplares concretos. Esse debate iniciou-se há 300 anos entre iluminismo (de Popper, que recorre à noção de contrato social, com estilo individualista e atomista de tratar a ciência como coleção de teorias isoladas) e romantismo (de Kuhn, de que nossa natureza é essencialmente social, traduzida pelas imagens orgânicas da família e cujo estilo de fazer ciência não é individualista e nem atomista, pois vê totalidade como individualidade concreta).

Considerando o modo de organização dos dados disponíveis no Portal e os pressupostos do conhecimento coletivo nele veiculado, minhas sugestões aqui excedem os objetivos do Unbral Fronteiras, mas foram possibilitadas justamente pelas pistas abertas nos dados disponíveis. Uma delas é ampliar a base de dados para períodos anteriores a 2000, que pode abrir possibilidade para verificar os determinantes do desenvolvimento dos Estudos Fronteiriços em termos políticos e ideológicos. A segunda sugestão seria, por meio do levantamento dos dados sobre os Estudos Fronteiriços, estudar o campo científico da Geografia, tentando estabelecer a correlação de forças entre diferentes agentes (professores e pesquisadores de diferentes universidades e instituições do país, membros de comitê de avaliação e assessoramento), distribuição de financiamentos, classificação de periódicos, nota de avaliação dos cursos de pós-graduação, realização de eventos, etc. Menciono aqui um exemplo retirado desses dados: dos 10 pesquisadores mais produtivos sobre o tema, 5 estão na região Centro-Oeste e 2 no Sul do País e 2 no Sudeste. Das linhas de pesquisas nas universidades, 79 estão divididas entre as regiões Centro-Oeste e Sul, enquanto o Sudeste e o Norte, juntos, têm 32 linhas. As que têm linhas de pesquisa no Sudeste, mas não estão nas fronteiras físicas, são as grandes universidades USP/UNICAMP, UFRJ e UFF, que tendem a ter mais prestígio no campo científico.

Dessa distribuição de pesquisadores no espaço e por universidades, poderíamos levantar algumas perguntas: os que

mais produzem (pesquisadores e instituições universitárias) são os que mais recebem financiamento? Se sim, de onde provém? A mesma pergunta podemos fazer para os grupos de pesquisa. A partir dos resultados da produção e do financiamento, conseguiríamos identificar as direções da elaboração das políticas científicas sobre Estudos Fronteiriços? Essas políticas estão diretamente ligadas aos interesses governamentais ou é o governo que tende a se apropriar desse conhecimento para controlar as fronteiras? Menciono aqui o Programa de Promoção do Desenvolvimento de Faixa de Fronteira, em que as propostas de Lia Osório Machado se transformam em política pública (Brasil, 2005, *apud* Dorfman e França, 2014, p. 27), resultando em um processo de institucionalização tão importante que deu origem ao Mestrado em Estudos Fronteiriços em Corumbá (Dorfman e França, 2014, p. 27).

## PROVOCAÇÕES DO LUGAR?

Para além dessa relação entre as pesquisas científicas e interesses governamentais, podemos ainda perguntar: as pesquisas estão concentradas nos estados fronteiriços somente pela provocação trazida pela proximidade com o objeto, familiar (Dorfman, França, Rocha, 2017), por questões estruturais e políticas ou por demandas por recursos? Como as produções dos pesquisadores e das teses, dissertações e monografias podem apontar os principais temas, genealogias teóricas e suas abordagens? Por exemplo, eu pude observar isso em um levantamento rápido que elaborei para apresentar nosso programa de Pós-graduação no IV Seminário de Estudos Fronteiriços em 2015. O levantamento dessas produções (publicações em livro e produções acadêmicas) indica quatro temas de pesquisa predominantes que parecem estar concentrados, com objetos empíricos diferentes e objetos analíticos não exaustivos em si mesmos, pois supõem um diálogo perpassando uns aos outros. Os quatro temas foram: trabalho; grupos sociais e violação dos

direitos; educação e cultura erudita(formal); a história e memória da construção da fronteiras espaciais, simbólicas.

Na verdade, sob esses temas, emergem modos específicos de pensar as fronteiras que, de certa forma, pré-selecionam seus objetos. Assim o tema do trabalho “pensa” a fronteira inserida em uma dinâmica transcultural e transnacional ordenada pela dimensão econômica, com suas relações no mundo do trabalho, urbano e rural. O tema da violação dos direitos tem como objeto empírico a diversidade da experiência vivida de grupos sociais na fronteira em luta por seu reconhecimento, pois o modo como se pensa a fronteira privilegia os direitos civis, políticos e jurídicos do Estado-Nação. As tensões entre a ilusão da homogeneidade entre nacionais, e a evidência da heterogeneidade, deixam emergir aí muitos impasses e inúmeras dificuldades, a exemplo daquelas vividas pela população indígena. O tema da educação e das identidades “pensa” a fronteira como um lugar contraditório entre práticas nacionais institucionais e as heterogeneidades locais, contradições visíveis no ensino da língua, na literatura, na imprensa local e nas convivências de diferentes grupos no contexto fronteiriço em processo constante reordenação de identidades. Finalmente, o último tema, trata da memória e a história da construção das fronteiras espaciais e simbólicas. Uma das definições que torna a definição de fronteira trivial é que ela é um território de regulação feita pelo Estado. No entanto, nesse conjunto de trabalhos, o que se verifica é a tensão entre a produção do território pela regulação do Estado-Nação e a produção do espaço produzido por grupos sociais.

Pode-se argumentar que esses temas são complementares, mesmo que deles resultem diferentes visões. Contudo, o que é importante reter é a sugestão de que apreender a construção do campo científico circunscrito aos Estudos Fronteiriços no Unbral Fronteiras permitirá igualmente ver como pensamos a fronteira coletivamente e como esse modo específico de pensar se correlaciona com o contexto político e institucional que nos institui como um território nacional. Fazer isso é não só “observar o Estado

em ato, a nação se fazendo, o Estado no dia a dia das pessoas” (PEIRANO, 2006, p.136). O que o Portal pode continuar a nos revelar é aquilo que nos toca mais intensamente: o que nos divide como cidadãos não somente de Estado-nações diferentes, mas como diferentes, ora mais, ora menos cidadãos do Estado-Nação brasileiro, dependendo da circunstância. Basta observar os temas privilegiados pelos autores mais produtivos: propriedade intelectual e pirataria, informalidade, comércio internacional, economias emergentes, (des)territorialização, integração regional, política externa, direitos humanos, comércio exterior, poder político do Estado, dinâmicas econômicas dos lugares, etc. em que o Estado-Nação é o horizonte de referência que institui a dialética entre o interior e o exterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Termino minha sugestão evidenciando o imaginário que orienta o Portal. A palavra Portal é formada de raízes latinas e significa o primeiro cômodo da casa onde se recebe as visitas<sup>3</sup>. A palavra umbral, com m, vem do antigo catalão *limbrar* que, por sua vez, vinha do latim *liminaris*, -e, relativo à soleira da porta (Wikipedia, 2017). Em português, umbral passou a significar peça lateral de uma porta ou ombreira e, em sentido figurado, porta, entrada, limiar, ponto de entrada ou início de algo. Portal e Unbral supõem ritos que, tomados em sentido direto e material de ritos de entrada, de espera e de saída, e, sobre essa perspectiva, o portal Unbral Fronteiras pode ser pensado como uma analogia aos ritos de passagem, com estudou Van Gennep (2011), em busca de caminhos institucionais para formas de vida fronteiriças que deixem de ser vistas como simples descontinuidades entre Estados-Nações e como zonas de risco e perigo. Se o Unbral Fronteiras tem como especialidade

---

<sup>3</sup> <https://www.dicio.com.br/umbral/>

a compreensão desse autoentendimento da vida fronteiriça em situações locais, ele pode ser outro lugar de passagem para não só compreender mas instituir novas formas institucionais de atores sociais envolvidos no processo de reconhecimento recíproco, dispondo seus lugares no espaço e se reordenando constantemente.

## REFERÊNCIAS

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

BRASIL. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005. Disponível em <<http://www.retis.igeo.ufrj/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>>. Acesso em 30 abr 2015.

DORFMAN, A. e FRANÇA, A. B. C. Percurso e possível agenda para os estudos fronteiriços brasileiros. In DORFMAN A.(org.) **Anuário Unbral das Fronteiras Brasileiras**, Porto Alegre, Editora Letra1: Instituto de Geociências/UFRGS, 2015.

DORFMAN, A.; FRANÇA, A. L. B. C.; ROCHA, R. P. da. Escalas e provocação do lugar: análise da distribuição espacial de temas nos Estudos Fronteiriços no Brasil In: **Anales del Encuentro de Geógrafos de América Latina**, La Paz, Bolívia, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Dits e écrits II (1970-1975)**. Paris: Gallimard, 1994

GENNEP, Arnold van. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003

NUSSBAUM, Martha C. **Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

PEIRANO, Mariza. A lógica múltipla dos documentos. In: **A teoria vivida: e outros ensaios de antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

PORTAL UNBRAL FRONTEIRAS. < <http://unbral.nuvem.ufrgs.br/site/>>. Acesso em 12 jul de 2017.

STRATHERN, Marilyn. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

WIKIPÉDIA. <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Umbral>>. Acesso em 17 de julho de 2017.

---

\* Doutora em Antropologia Social (Museu Nacional/UFRJ). Profa dos Programas de Pós-Graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade, Cultura e Fronteira da UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Pesquisador Produtividade do CNPq nível 1. E-mail: rcoelims@gmail.com



